

III - resultante de função ou mandato em sociedade civil ou fundação, salvo a que não distribua lucro e seja de objetivo filantrópico, assistencial, associativo, cultural, científico, recreativo ou desportivo, e desde que o exercício da função ou mandato, nesses casos, seja gratuito e compatível com o exercício normal das atribuições do cargo.

§ 2.º Não se aplica a proibição prevista neste artigo ao exercício de cargo de magistério, ao mandato eletivo de cargo público e aos casos em que o Auditor de Finanças do Estado desempenhar funções em entidades da Administração Indireta do Estado, observadas as prescrições constitucionais.

Art. 22. O comparecimento ao trabalho poderá ser exigido em sábados, domingos e feriados ou no período da noite, por determinação de superior hierárquico, em casos especiais ou quando haja escala de serviços para esse fim, assegurado o descanso estabelecido em lei.

CAPÍTULO VI
DO CONCURSO DE INGRESSO

Art. 23. O ingresso na carreira de Auditor de Finanças do Estado dar-se-á na classe inicial, após aprovação em concurso público de provas escritas, realizado nos termos desta Lei Orgânica e da legislação aplicável.

§ 1.º O concurso de ingresso poderá ser desdobrado em duas fases, ambas de caráter eliminatório, sendo a primeira de provas escritas, seguida de outra por frequência regular e aprovação em curso ministrado em grau de especialização superior, em escola mantida ou designada pela administração fazendária, hipótese em que o edital de abertura do concurso proverá sobre essa modalidade de ingresso e a ajuda de custo devida ao candidato no valor de cinquenta por cento dos vencimentos da classe A do Auditor de Finanças do Estado, facultada ao servidor público estadual a opção por valor correspondente aos vencimentos a que fizer jus no cargo que ocupar.

§ 2.º A critério do Secretário de Estado da Fazenda, ouvido o Subsecretário do Tesouro do Estado, fica facultada a realização de concurso público por formação profissional e/ou por área de atuação.

Art. 24. O prazo para inscrição no concurso não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar do trigésimo primeiro dia da publicação do edital de abertura no Diário Oficial do Estado.

Art. 25. O edital de abertura do concurso para Auditor de Finanças do Estado conterà, entre outras disposições sobre o assunto, os requisitos e as condições para a inscrição, o prazo para entrega dos pedidos, o número de vagas existentes na classe inicial a preencher, os programas das matérias sobre os quais versarão as provas escritas e os critérios de sua avaliação.

Art. 26. São requisitos para inscrição no concurso:
I - ser brasileiro;
II - encontrar-se no gozo e exercício dos seus direitos civis;
III - estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
IV - ter concluído curso de nível superior, em grau de bacharelado, de duração plena, em Ciências Econômicas, Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Contábeis, em Administração, ou outro curso de mesmo nível e graduação correlato com as atividades de administração financeira, conforme ficar estabelecido no regulamento do concurso;
V - ter ilibada conduta social, profissional ou funcional e não registrar antecedentes criminais;
VI - haver recolhido a taxa de inscrição especificada no edital.

Art. 27. O edital de abertura do concurso poderá prever uma fase preliminar de realização de uma ou mais provas escritas de caráter eliminatório, hipótese em que serão encaminhados à Comissão de Ingresso exclusivamente os prontuários dos candidatos aprovados nessa etapa.

Art. 28. O pedido de inscrição, dirigido ao Secretário de Estado da Fazenda, conterà o nome, a nacionalidade, a naturalidade, o estado civil, a data do nascimento, a profissão atual e anteriores e os endereços do candidato, e será instruído com a prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 26, observadas as demais prescrições do edital de abertura do concurso.

Parágrafo único. No ato da inscrição, o candidato declarará o atendimento dos requisitos exigidos no inciso V do art. 26.

Art. 29. A seleção dos candidatos admitidos ao concurso de ingresso compete à Comissão de Ingresso, a cuja apreciação serão submetidos os pedidos de inscrição devidamente instruídos, após o encerramento do prazo fixado para sua apresentação ou concluído o processamento da fase de provas preliminares.

Art. 30. O Secretário de Estado da Fazenda, ouvido o Subsecretário do Tesouro do Estado, providenciará a designação, dentre os titulares da carreira de Auditor de Finanças do Estado, de um Secretário Executivo do concurso, com dois suplentes incumbidos dos encargos de auxiliá-lo e substituí-lo nos seus impedimentos.

Parágrafo único. As atribuições do Secretário Executivo, coadjuvado por seus auxiliares, compreendem, além de presidir a Comissão de Ingresso, a execução de todo o projeto do concurso em todas as suas fases até a nomeação e posse dos candidatos aprovados.

Art. 31. Compete à Comissão de Ingresso, que será constituída por ato do Secretário de Estado da Fazenda, ouvido o Subsecretário do Tesouro do Estado, e terá atuação em todas as fases do concurso, decidir fundamentadamente a respeito da seleção dos candidatos, atendendo a suas qualificações e aptidões para o cargo, bem como proceder ao julgamento do concurso até a classificação final dos candidatos aprovados.

§ 1.º A Comissão deliberará por maioria de votos, com a presença da totalidade dos seus membros.

§ 2.º Será excluído, ainda que admitido à realização das provas, o candidato a cujo respeito se verificar que não preenchia os requisitos exigidos para inscrição.

§ 3.º As decisões da Comissão de Ingresso, quanto ao deferimento de pedidos de inscrição ou quanto à exclusão de candidatos do concurso, serão dadas a conhecer aos interessados por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado, indicando apenas o número do protocolo de inscrição correspondente, para efeito de sigilo quanto à identidade do candidato.

§ 4.º A competência da Comissão de Ingresso alcança, inclusive, a apreciação do preenchimento dos requisitos estabelecidos no inciso V do art. 26, antes da nomeação do candidato, se julgar necessário.

Art. 32. Concluído o julgamento dos pedidos de inscrição, o Secretário de Estado da Fazenda promoverá a publicação da lista dos candidatos admitidos ao concurso, determinando o início das provas.

Art. 33. Encerradas as provas, a Comissão de Ingresso procederá ao julgamento do concurso, propondo em relatório a listagem dos candidatos com as respectivas notas e classificação.

Art. 34. O resultado do concurso de ingresso será homologado pelo Secretário Estado da Fazenda, quando determinará a elaboração e publicação da lista definitiva dos candidatos aprovados, de acordo com os graus obtidos e a classificação.

Art. 35. O concurso de ingresso na carreira de Auditor de Finanças do Estado terá validade por dois anos a contar da data da homologação, prorrogável uma única vez por igual período.

Art. 36. Os membros da Comissão de Ingresso terão direito de afastar-se de suas funções, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, durante o tempo em que devam estar presentes às reuniões, ou quando em realização de tarefas ou diligências de caráter especial, no interesse das atribuições do Órgão.

CAPÍTULO VII
DA NOMEAÇÃO

Art. 37. A nomeação de candidatos aprovados no concurso de ingresso na carreira de Auditor de Finanças do Estado, obedecida à rigorosa ordem de classificação, será feita no cargo de classe inicial da carreira, em estágio probatório, pelo Governador do Estado, mediante encaminhamento do Secretário de Estado da Fazenda, atendida a existência de vaga e a conveniência do serviço.

§ 1.º A nomeação será em estágio probatório, ainda que estável no serviço público estadual o candidato.

§ 2.º A nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo previsto.

CAPÍTULO VIII
DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 38. O Secretário de Estado da Fazenda dará posse ao Auditor de Finanças do Estado, em ato solene, perante o Conselho Superior, até 30 (trinta) dias após a publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, período que poderá ser prorrogado por igual prazo, por motivo justificado.

Art. 39. Constituem condições para a posse do candidato nomeado:
I - apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior exigido para a inscrição no concurso;
II - comprovar aptidão física e psíquica para o cargo, mediante laudo médico emitido por órgão oficial de saúde do Estado;
III - apresentar prova de inexistência de antecedentes criminais, mediante folha corrida de todas as comarcas e órgãos da justiça em cujo território tiver o candidato residido nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da nomeação;

IV - apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente.

§ 1.º Para comprovação da ilibada conduta social e profissional, a Comissão de Ingresso poderá colher informações e provas documentais a respeito do candidato nomeado.

§ 2.º A prova de conduta funcional, para servidor público, será feita por atestado fornecido pela chefia da repartição em que o candidato estiver exercendo ou tenha exercido função.

Art. 40. O candidato nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, prorrogável por mais 15 (quinze) dias requeridos por motivo justificado, para a apresentação dos documentos comprobatórios mencionados no artigo anterior.

Parágrafo único. Quando se tratar de servidor público em férias ou licenciado, salvo nos casos de licença para tratamento de interesses particulares, a fluência do prazo aludido neste artigo terá início na data em que deveria retornar ao serviço.

Art. 41. Nomeado o candidato, ser-lhe-ão designados dia, hora e local para a posse, do que será cientificado pessoalmente por escrito e por edital publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 1.º Por ocasião da posse, o empossando prestará o compromisso de bem desempenhar as atribuições do cargo, lavrando-se o respectivo termo.

§ 2.º Empossado no cargo, o Auditor de Finanças do Estado deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, renovável por até mais 15 (quinze) dias mediante motivo justificado, sob pena de ser expedido ato administrativo que torne sem efeito a nomeação.

Art. 42. Entrando em exercício no cargo, o Auditor de Finanças do Estado ficará à disposição do Subsecretário do Tesouro do Estado, em estágio de orientação e treinamento profissional, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A comunicação da efetividade correspondente ao período de estágio de orientação e treinamento profissional incumbirá ao responsável pela execução do estágio, em função de chefia.

CAPÍTULO IX
DA LOTAÇÃO

Art. 43. A lotação ou designação do Auditor de Finanças do Estado, para exercício em unidade operacional do Tesouro do Estado, decorrerá de ato do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 44. No interesse do serviço, o Auditor de Finanças do Estado poderá ser designado para, temporariamente, desempenhar as suas funções ou encargos específicos fora da sede de sua lotação ou designação, por determinação de autoridade competente.

Parágrafo único. Considera-se sede a zona urbana do município em que se situa a unidade operacional, para a qual for lotado ou designado o Auditor de Finanças do Estado.

Art. 45. Os cônjuges titulares de cargos de Auditor de Finanças do Estado terão lotação ou designação na mesma sede de unidade operacional.